

Haroldo Hollanda

Acordo na Constituinte

O deputado Ulysses Guimarães confidenciou ontem a políticos de sua confiança a intenção de iniciar imediatamente esforços com a finalidade de se chegar a um acordo na Constituinte com as diversas forças e correntes políticas que a compõem. Acredita o presidente do PMDB que há no momento clima bastante propício à negociação. Um deputado do PMDB, que ouviu essa confiança, comentou que assim procedendo Ulysses passa a perna no senador Mário Covas, como líder da Constituinte. Ainda de acordo com o mesmo parlamentar, Covas caiu como um anjinho no jogo de Ulysses, ao isolar-se com um grupo político dentro do seu próprio partido.

Ontem, também, o deputado Brandão Monteiro, líder do PDT, informou ter sido procurado pelo deputado Inocêncio de Oliveira, que no momento responde pela liderança do PFL, o qual lhe manifestou interesse em obter um acordo na Constituinte. Por sua vez, em encontro casual, num dos corredores do Congresso, com o deputado comunista Roberto Freire, o polêmico deputado Roberto Cardoso Alves, do PMDB, admitiu que ele e outros constituintes se confrontaram politicamente, até aqui, como se estivessem num jogo de "cabo de guerra". Cada um puxava a corda para seu lado. O parlamentar paulista revelou o propósito de abandonar sua antiga postura inflexível informando estar aberto ao diálogo e ao entendimento, no intuito de colaborar para que o país possa ter uma Constituição duradoura, fruto do entendimento.

Opinião favorável à negociação e ao entendimento tem também o deputado mineiro Pimenta da Veiga, ex-líder do PMDB e do governo na Câmara. Segundo ele, se não prevalecer na Constituinte o espírito de concórdia e transigência, corremos o risco de votar uma Constituição condenada a ter vida efêmera. Lembrou que a Constituição em elaboração, para ter vida permanente, não pode ser fruto de um grupo ou facção.

Cisma no PMDB

O senador paranaense e ex-ministro Afonso Camargo foi um dos que mais se bateram no seu partido pela convocação da Convenção Nacional a reunir-se nos próximos dias 18 e 19 de julho. O parlamentar paranaense não tem o mesmo temor manifestado por vários correligionários seus de que a Convenção venha a dividir e estilhaçar o PMDB em caráter definitivo. Para ele será saudável, até do ponto de vista político, as divisões que vierem a ocorrer na convenção. O que não é possível, segundo seu entendimento, é que o PMDB continue a funcionar como uma frente, com a convivência no seu interior de grupos políticos inconciliáveis.

Camargo reconhece a existência no PMDB de dois grupos. Num prazo que estima em torno de seis meses, um desses grupos abandonará o partido para formar outra agremiação partidária. Revela-se, no entanto, incapaz de prever qual o grupo que prevalecerá no PMDB para deter em suas mãos o comando do partido. As declarações de Afonso revestem-se de importância, tendo em vista que ele é vice-presidente do PMDB.

O deputado mineiro Pimenta da Veiga também admite que após a convenção nacional do PMDB prevista para julho o partido possa sofrer algumas defecções em seus quadros. Mas de acordo com sua opinião, o PMDB, a partir da convenção, será obrigado a definir-se como partido sobre diversas questões da realidade nacional, abandonando a posição de ambigüidade em que hoje se encontra.

O maior temor manifestado pelos dirigentes do PMDB é que na convenção as bases entrem em conflito com as posições políticas sustentadas no partido pelos governadores, totalmente afinados com a orientação política do Palácio do Planalto.

Comissão Especial

O senador Divaldo Suruagy, do PFL de Alagoas, pediu ontem ao Senado a formação de Comissão Especial destinada a investigar denúncia publicada na imprensa de que ele estaria envolvido na cessão de carros roubados a policiais e a chefes políticos do seu estado. Para demonstrar que nada teme e que as acusações são falsas, o parlamentar alagoano revelou a sua disposição de abrir mão de suas imunidades parlamentares, a fim de que não pese qualquer tipo de suspeição quanto às investigações a serem realizadas.

Dívida externa

O ministro Bresser Pereira, da Fazenda, recebeu ontem pela manhã em seu gabinete a comissão de estudo da dívida externa brasileira, constituída pelo Senado e integrada pelos senadores Carlos Chiarelli, Virgílio Távora, Fernando Henrique Cardoso, Ronan Tito e Jamil Hadad. O ministro revelou que em decorrência do plano macroeconômico por ele elaborado, espera chegar a um acordo com os banqueiros internacionais, sem que isso implique em submissão do Brasil às regras do FMI.

Dentro das linhas do seu plano, admitiu que o Brasil, neste e no próximo ano, possa ter uma taxa de desenvolvimento econômico que oscile entre os 5 a 6%. Para propiciar esse crescimento econômico considerou essencial a expansão das exportações, mas sem que isso implique numa compressão das importações. Outro aspecto por ele salientado foi o de que, nas negociações com os seus credores internacionais, o Brasil consiga refinanciar parte dos juros da sua dívida externa. Com essas duas providências, afirmou, haverá uma folga para permitir o desenvolvimento econômico nacional.

O senador Jamil Hadad, do PSB, fez menção à possibilidade de o Brasil negar-se a pagar sua dívida externa. O ministro respondeu que isso equivaleria ao país ser excluído do fluxo do comércio internacional. Insistiu também muito na necessidade de contenção de todos os gastos públicos. O ministro Bresser Pereira deixou impressão favorável entre os senadores sobre o acerto das medidas econômicas tomadas. Só uma dúvida persistiu, apesar das suas explicações: de que não haverá perda do poder de compra por parte dos trabalhadores com a nova política salarial por ele implantada, em substituição ao gatilho.